

## DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA COMO ALTERNATIVA PARA A ÁREA CANAVIEIRA DE ALAGOAS



Secretaria de  
Manejo, Assistência  
e Patrimônio



**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS**

**DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA COMO  
ALTERNATIVA PARA A ÁREA CANAVIEIRA DE  
ALAGOAS**

**MACEIÓ  
2017**



## GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

**Governador** - José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

**Vice-Governador** - José Luciano Barbosa da Silva

### SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO - SEPLAG

**Secretário de Estado** - Fabrício Marques Santos

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão** - Genildo José da Silva

**Chefe de Gabinete** - Fernanda Martinelli Ramos Maia

---

#### NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS

**Coordenador** - Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

---

#### EQUIPE TÉCNICA

Karla Karolyne Barbosa Rocha

Larissa Camila Torres Pinto

Sarah Regina Nascimento Pessoa

---

#### RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Alonso Barros da Silva Jr.

---

#### EQUIPE DE REVISÃO

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Genildo José da Silva

---

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

**Assessor de Comunicação** - Igor Raphael Gouveia de Queiroz

**Designer Gráfico** - Fábio Medeiros Aguiar

---

#### NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

**Supervisora** - Maria Gorileide P. de Oliveira

---

#### REALIZAÇÃO

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - **SEPLAG**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - **FAPEAL**

Disponível para consulta e download no site [dados.al.gov.br](http://dados.al.gov.br)  
É permitida a reprodução total ou parcial dos textos deste estudo,  
desde que seja citada a fonte.

**Bibliotecária Responsável:** Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

---

Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.  
Diversificação Produtiva como Alternativa para a área Canavieira de Alagoas /Alagoas.  
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017.  
29p.

1. Alagoas - Cana- de-Açúcar. 2. Área Canavieira. 3. Leste Alagoano. 4. Agricultura familiar.  
I. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. II. Título.



---

## SUMÁRIO

---

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO LESTE ALAGOANO</b>	
<b>3. EVOLUÇÃO DO SETOR CANAVIEIRO NO LESTE ALAGOANO NOS ÚLTIMOS 15 ANOS .....</b>	<b>6</b>
3.1 Usinas em funcionamento nos anos de 2000 e 2016 .....	10
<b>4. EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO LESTE ALAGOANO NOS ÚLTIMOS 15 ANOS .....</b>	<b>11</b>
4.1 Quais as áreas de reforma agrária no leste alagoano? .....	12
<b>5. ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS PARA A MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR E PECUARIA NO LESTE ALAGOANO .....</b>	<b>14</b>
<b>6. QUAL O PESO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MESORREGIÃO DO LESTE ALAGOANO? .....</b>	<b>16</b>
<b>7. O QUE SE PRODUZ DE FORMA COMPETITIVA NO LESTE ALAGOANO?</b>	
7.1 Quais as alternativas para os plantadores de cana-de-açúcar no leste alagoano? .....	18
7.2 Quais são os problemas institucionais que impedem ou limitam a diversificação produtiva no leste alagoano? .....	19
<b>REFERÊNCIA .....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXOS I .....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXOS II .....</b>	<b>28</b>
<b>ANEXOS III.....</b>	<b>29</b>

# INTRODUÇÃO

A mesorregião do leste alagoano é composta por cinquenta e dois municípios, incluindo a capital do estado, Maceió, e está subdividida em 6 microrregiões: Serrana dos Quilombos; Mata Alagoana; Litoral Norte Alagoano; Maceió; São Miguel dos Campos e Penedo. Dentre as mesorregiões do Estado de Alagoas, a do leste alagoano é a mais desenvolvida economicamente, especialmente graças as suas condições edafoclimáticas, que compreende solos férteis e clima chuvoso, possibilitando uma maior variedade de produção agrícola, especialmente, a cana-de-açúcar, cultura exigente em terras de boa qualidade para produção em larga escala. Lá encontram-se também o parque industrial do estado, onde localiza-se a Braskem, indústrias do setor cloroquímico, indústria de cerâmica, gás natural e o petróleo extraídos no estado, apesar deste último está sendo realizado de forma incipiente. Logo abaixo um mapa destacando a posição da mesorregião do leste alagoano e uma tabela com a distribuição dos municípios que compõem a mesorregião do leste alagoano.

**Figura 1: Mesorregião do Leste Alagoano em Destaque**



Fonte: IBGE 2010, Censo Demográfico; IBGE 2013, malha municipal digital; SEPLAG/SINC/GGEO 2016.

## 2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO LESTE ALAGOANO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o leste alagoano é a maior e mais populoso das três mesorregiões que compõem o Estado de Alagoas, onde localiza-se, inclusive, a capital Maceió, com PIB a preços correntes de R\$ 28.679.968 mil, compreende uma população de 2.064.687 habitantes, com uma área equivalente a 13.241 km<sup>2</sup> e 103 metros de altitude. Seu clima varia entre tropical e quente com chuvas de outono/inverno, variando entre 1.000mm e 1.500mm e clima tropical com chuvas de outono a inverno e médias pluviométricas anuais variando entre 1.500mm e 2.200mm (BARROS et al., 2012). A cana-de-açúcar continua sendo a principal atividade agrícola do leste alagoano, mesmo perdendo força para a pecuária de corte, que vem crescendo vertiginosamente ao longo dos últimos anos. Milho, feijão, inhame, frutas cítricas (especialmente a laranja lima), também são atividades que geram renda para a população, além do turismo no litoral e

da pesca, este último especialmente por causa do maior complexo lagunar do planeta, situado exatamente nessa mesorregião do estado. Destaca-se também a indústria química, plástico, cerâmica, gás natural e petróleo, além do comércio e o setor de serviços na capital do estado.



Centro de Maceió. Crédito: Tribuna do Agreste.

Dos 52 municípios que fazem parte da mesorregião do leste alagoano, a capital Maceió é o que apresenta os melhores resultados socioeconômicos, tanto no que se refere ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal (0,721), quanto ao IDHM Educação (0,635); IDHM Longevidade (0,799); IDHM Renda (0,739) e Renda per capita (R\$ 792,54). O município de Satuba detém o melhor IDHM dos demais municípios que compõem a mesorregião do leste alagoano (0,660), seguido de perto por Rio Largo (0,643) e Marechal Deodoro (0,642), ambos na microrregião Maceió. Com exceção da capital, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel observam a maior Renda per capita dos municípios da mesorregião do leste alagoano, respectivamente, com valores em reais de 431,43 e 422,78, ambos na microrregião Maceió. O destaque desses municípios quando se trata da Renda per capita se deve a localização do polo industrial, onde se encontra a Braskem, no município de Marechal Deodoro, e a infraestrutura turística e as praias de maior balneabilidade do estado, localizadas na Barra de São Miguel. Mais detalhes dos indicadores socioeconômicos da mesorregião do leste alagoano podem ser mais bem observados na tabela abaixo.

**Tabela 1: Indicadores Socioeconômicos dos Municípios que Compõem a Mesorregião do Leste Alagoano.**

<i>Microrregião Serrana dos Quilombos</i>					
<b>Municípios</b>	<b>IDH M (2010)</b>	<b>IDHM Renda (2010)</b>	<b>IDHM Longevidade (2010)</b>	<b>IDHM Educação (2010)</b>	<b>Renda per capita (2010)</b>
<b>Chã Preta</b>	0,575	0,537	0,737	0,481	226,60
<b>Ibateguara</b>	0,518	0,517	0,684	0,393	199,68
<b>Pindoba</b>	0,574	0,579	0,703	0,465	292,88
<b>Santana do Mundaú</b>	0,519	0,513	0,752	0,362	194,87
<b>São José da Laje</b>	0,573	0,574	0,755	0,434	284,02
<b>União dos Palmares</b>	0,593	0,590	0,764	0,462	313,92
<b>Viçosa</b>	0,586	0,554	0,758	0,478	251,25

### Microrregião Mata Alagoana

Municípios	IDH M (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)	Renda per capita (2010)
Atalaia	0,561	0,545	0,752	0,431	237,33
Branquinha	0,513	0,534	0,699	0,362	221,93
Cajueiro	0,562	0,542	0,691	0,473	232,85
Campestre	0,559	0,550	0,729	0,435	245,43
Capela	0,573	0,554	0,743	0,456	251,36
Colônia Leopoldina	0,517	0,548	0,693	0,363	242,28
Flexeiras	0,527	0,528	0,693	0,400	213,44
Jacuípe	0,548	0,532	0,755	0,410	219,52
Joaquim Gomes	0,531	0,509	0,764	0,386	190,23
Jundiá	0,562	0,573	0,715	0,434	282,87
Matriz de Camaragibe	0,584	0,541	0,777	0,473	231,82
Messias	0,568	0,557	0,714	0,460	256,45
Murici	0,527	0,542	0,685	0,395	233,16
Novo Lino	0,521	0,546	0,690	0,375	239,75
Porto Calvo	0,586	0,558	0,723	0,498	257,64
São Luís do Quitunde	0,536	0,550	0,701	0,400	244,85

### Microrregião Litoral Norte

Municípios	IDH M (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)	Renda per capita (2010)
Japaratinga	0,570	0,560	0,735	0,451	260,92
Maragogi	0,574	0,556	0,766	0,443	253,86
Passo de Camaragibe	0,533	0,513	0,703	0,421	194,73
Porto de Pedras	0,541	0,542	0,769	0,379	233,72
São Miguel dos Milagres	0,591	0,545	0,752	0,504	237,78

### Microrregião Maceió

Municípios	IDH M (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)	Renda per capita (2010)
Barra de Santo Antônio	0,557	0,552	0,732	0,428	247,81
Barra de São Miguel	0,615	0,638	0,767	0,475	422,78
Coqueiro Seco	0,586	0,582	0,757	0,457	299,47
Maceió	0,721	0,739	0,799	0,635	792,54
Marechal Deodoro	0,642	0,641	0,793	0,52	431,43
Paripueira	0,605	0,595	0,767	0,486	324,93
Pilar	0,610	0,578	0,771	0,509	292,06
Rio Largo	0,643	0,616	0,788	0,547	369,11

<b>Santa Luzia do Norte</b>	0,597	0,58	0,77	0,477	295,95
<b>Satuba</b>	0,66	0,619	0,794	0,585	377,42

#### Microrregião São Miguel dos Campos

<b>Municípios</b>	<b>IDH M (2010)</b>	<b>IDHM Renda (2010)</b>	<b>IDHM Longevidade (2010)</b>	<b>IDHM Educação (2010)</b>	<b>Renda per capita (2010)</b>
<b>Anadia</b>	0,568	0,546	0,756	0,444	239,53
<b>Boca da Mata</b>	0,604	0,560	0,758	0,518	260,2
<b>Campo Alegre</b>	0,57	0,531	0,742	0,470	217,72
<b>Coruripe</b>	0,626	0,591	0,769	0,541	315,85
<b>Jequiá da Praia</b>	0,556	0,517	0,772	0,43	199,39
<b>Junqueiro</b>	0,575	0,586	0,714	0,454	306,96
<b>Roteiro</b>	0,505	0,524	0,672	0,365	208,84
<b>São Miguel dos Campos</b>	0,623	0,612	0,770	0,514	360,82
<b>Teotônio Vilela</b>	0,564	0,549	0,700	0,466	244,39

#### Microrregião Penedo

<b>Municípios</b>	<b>IDH M (2010)</b>	<b>IDHM Renda (2010)</b>	<b>IDHM Longevidade (2010)</b>	<b>IDHM Educação (2010)</b>	<b>Renda per capita (2010)</b>
<b>Feliz Deserto</b>	0,565	0,550	0,708	0,462	245,49
<b>Igreja Nova</b>	0,568	0,556	0,771	0,428	254,34
<b>Penedo</b>	0,630	0,602	0,774	0,536	339,15
<b>Piaçabuçu</b>	0,572	0,538	0,727	0,479	227,65
<b>Porto Real do Colégio</b>	0,551	0,513	0,758	0,431	195,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

### 3. EVOLUÇÃO DO SETOR CANAVIEIRO NO LESTE ALAGOANO NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

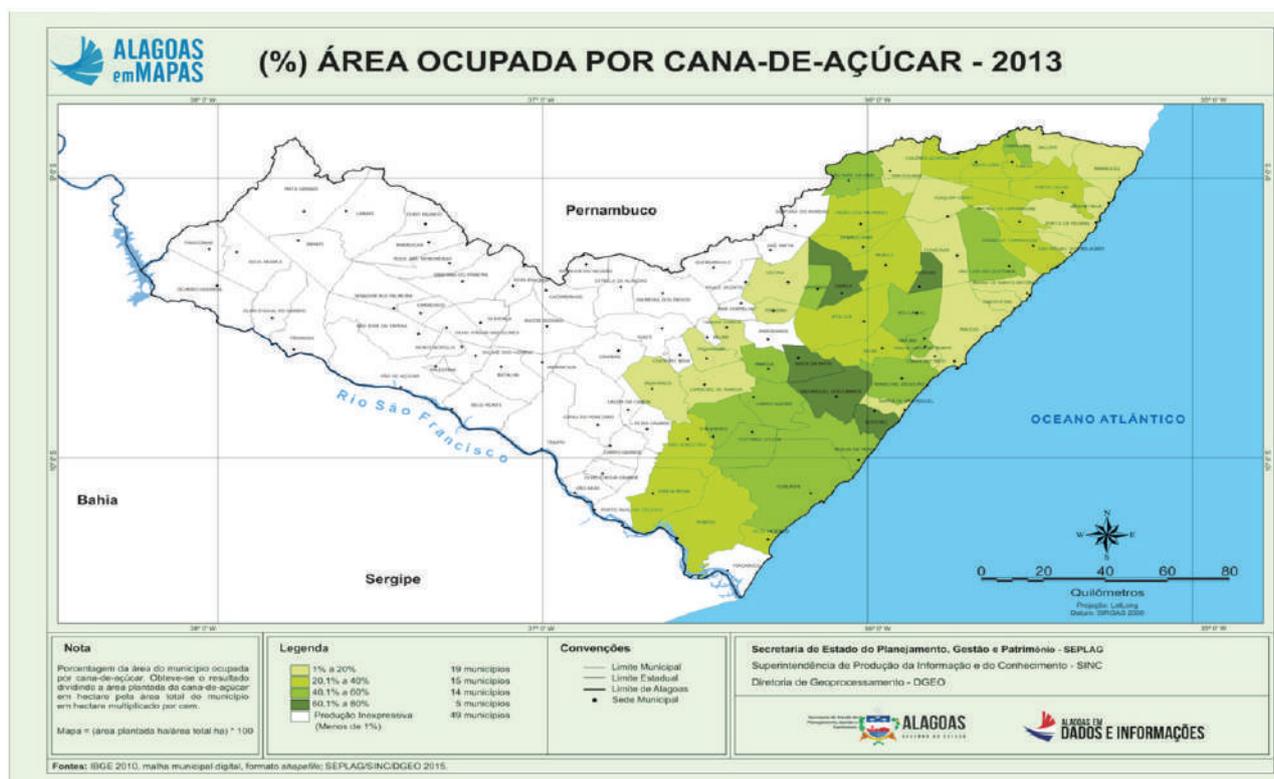
Alagoas é um Estado com forte tradição na produção de cana-de-açúcar, desde a sua formação e até mesmo após sua independência de Pernambuco, constituindo, assim, na sua formação econômica até os dias atuais. Mesmo após diversas crises que afetaram o setor sucroalcooleiro no estado, a cana-de-açúcar continua sendo o termômetro que baliza a economia agrícola de Alagoas, em especial, a sua produção para exportação.

O domínio que a cultura da cana-de-açúcar assumiu em Alagoas, se deu não apenas pela sua produção de açúcar, considerada uma “especiaria” da época, em virtude da riqueza gerada pela sua produção, mas também pela qualidade do solo de massapê, a água e o clima propício ao desenvolvimento da cultura em território alagoano (DIÉGUES JR., 1980).

Ademais, como afirma Diégues Jr.(1980), o trabalho humano e a eficiência do trabalho escravo sob orientação do senhor de engenho, tem-se as condições ideais para a cultura açucareira prosperar em Alagoas, deixando de lado os demais tipos de produção, resultando nas melhores condições possíveis para o seu desenvolvimento.

As demais atividades agrícolas, quando realizadas, ainda são do tipo subsistência ou sua produção torna-se limitada, tornando o estado dependente das demais unidades da federação no quesito produção de alimentos, até mesmo pelo fato da monocultura da cana ser extremamente exigente em terras férteis e viável apenas no caso da produção em larga escala, daí resulta a concentração da terra na mão de poucos, inviabilizando a produção de outras culturas agrícolas (SILVA JR. et al., 2013). Como pode ser bem observado na figura abaixo, boa parte da mesorregião do leste alagoano produz cana-de-açúcar, limitando a produção de outras culturas, até menos intensiva em mão-de-obra, solos férteis e irrigação.

**Figura 2: Mapa de Alagoas com os Municípios Produtores de Cana-de-Açúcar.**



Fonte: IBGE 2010, Censo Demográfico; IBGE 2013, malha municipal digital; SEPLAG/SINC/DGEO 2015.

Para os economistas, tratar sobre o tema da cana-de-açúcar sempre foi uma tarefa tensa, graças a sua importância na história da sociedade alagoana, como também devido a sua influência nos rumos do estado (CARVALHO, 2009).

A estrutura fundiária e seu conseqüente sistema de poder marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas. Sistema de poder constituído nos três primeiros séculos de colonização, caracterizado pelo domínio da terra na mão de poucos exploradores, que expulsavam os indígenas e fixavam território, desenvolvendo o que seriam os futuros engenhos de cana-de-açúcar (CARVALHO, 2009).

De acordo com Carvalho (2009), Anjos & Lages (2010), inicialmente, a cana foi se estabelecendo no litoral norte do estado. Região caracterizada por ser acidentada em sua topografia, entretanto com condições edafoclimáticas propícias ao seu cultivo. Em seguida, vai ocupando o sul do estado, nas áreas antes ocupadas pela mata atlântica e os tabuleiros costeiros, nos dias atuais.

Com o passar do tempo, o setor sucroalcooleiro foi perdendo força, especialmente após a desregulamentação do setor, no início dos anos de 1990, descortinando a sua realidade e passando a apresentar uma série de dificuldades, reflexo da alta dependência do Estado (governo federal e estadual). Dificuldades essas resultado da ineficiência de parte das usinas de cana-de-açúcar em competir num mercado desregulado, com preços determinados não mais pelo estado, e extremamente endividados, resultando na desorganização fiscal de Alagoas até os dias atuais (CARVALHO, 2009).

Com um novo ambiente institucional, somados a falta de competitividade, endividamento do setor, (território limitado para plantação de cana-de-açúcar) secas prolongadas e falta de investimento no campo, o que inclui estudos em variedades mais resistentes a pragas e doenças, como também a falta de água, reflete diretamente na redução não apenas das unidades produtivas (usinas e destilarias) como também na própria produção da cultura, já que muitas dessas empresas deixam de produzir, portanto, deixam de colher e buscam alternativas para o uso da terra.

**Tabela 2: Área Colhida com Cana-de-Açúcar por Microrregião do Leste Alagoano, entre 2000 e 2014.**

Microrregiões/Anos	Serrana dos Quilombos	Mata Alagoana	Litoral Norte Alagoano	Maceió	São Miguel dos Campos	Penedo
2000	33.338	146.265	18.950	56.722	164.430	17.747
2001	31.725	143.505	17.950	70.230	161.700	19.302
2002	28.114	124.816	16.855	72.268	167.093	18.339
2003	27.228	119.967	17.090	59.151	165.455	17.343
2004	27.836	117.277	17.479	58.078	157.714	32.131
2005	27.894	110.803	16.705	54.412	156.183	29.158
2006	27.055	110.084	15.679	54.264	157.031	27.045
2007	27.599	112.304	15.992	56.423	160.173	27.045
2008	28.074	120.972	16.720	56.190	170.788	28.730
2009	28.074	120.972	16.719	56.190	170.788	28.730
2010	28.074	120.972	16.719	56.190	170.788	28.730
2011	27.774	121.172	16.719	56.190	170.788	28.730
2012	27.500	120.292	16.719	56.190	170.788	28.730
2013	27.023	127.036	18.469	56.190	169.768	32.465
2014	27.316	121.015	49.525	56.190	145.414	37.146
2015	22.377	84.868	46.980	45.050	107.983	35.644

Fonte: IBGE, 2014.

Nos últimos 15 anos o setor sucroalcooleiro apresentou pequena redução na área colhida em algumas microrregiões do leste alagoano, da mesma forma que ocorreu também elevação em outras microrregiões, como pode ser bem observado na tabela acima. Nas microrregiões Serrana dos Quilombos e Mata Alagoana, apresentaram ligeira redução na sua área colhida ao longo dos anos analisados. A microrregião Serrana dos Quilombos foi encolhendo a sua área, de 33.338 hectares no início da década, até chegar a 22.377 hectares com dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) em 2015. Situação semelhante apresenta a Microrregião da Mata Alagoana, que apresentava uma área colhida de 146.265 hectares nos anos 2000, e atualmente apresenta 84.868 hectares para o mesmo período analisado.

A Microrregião de São Miguel dos Campos, seguiu a tendência das demais microrregiões, apresentando redução de 35% de área colhida no período entre 2000/15. Em 2000, a microrregião apresentava 164.430 hectares, com flutuações para mais em alguns anos, chegando a 170.788 hectares nos anos de 2008; 2009; 2010; 2011 e 2012, e em seguida reduzindo sua área em 2013 e 2014 para 169.768 e 145.414 respectivamente, e 107.983 hectares em 2015.

Com relação às Microrregiões do Litoral Norte e Penedo, ocorreu o inverso, ou seja, elevação da área colhida entre 2000/2015. A Microrregião do Litoral Norte saiu de 18.950 hectares de área colhida em 2000, para 46.980 hectares em 2015, uma elevação de 147% em 15 anos, reflexo de uma série de medidas adotadas, como melhoria tecnológica, preservação ambiental e prevenção de pragas e doenças no campo, além de ter contado com um aumento significativo das chuvas, durante o seu período vegetativo, época em que a cultura mais necessita de água, especialmente no ano de 2014, após três anos de seca prolongada. Já a Microrregião de Penedo, saiu de 17.747 hectares em 2000, para 35.644 hectares em 2014, ou seja, dobrando a área colhida nesse mesmo período. A Microrregião Maceió praticamente não alterou a sua área colhida nos últimos 15 anos analisados. Em 2000 a microrregião colhia 56.722 hectares de cana-de-açúcar, chegando a alcançar 72.268 hectares

em 2002, e caindo logo em seguida 59.151 hectares no ano seguinte, e estabilizando a sua área para 56.190 hectares entre 2008 até 2014, com uma pequena redução em 2015, com um resultado de 45.050 hectares.

Curiosamente, as microrregiões que apresentaram maior redução de área colhida (Serrana dos Quilombos e Mata Alagoana), além da Microrregião de São Miguel, são as regiões que concentram maior quantidade de usinas colhendo ou moendo no Estado. São elas: Caeté; Coruripe; Porto Rico; Roçadinho; Seresta; Sinimbu; Triunfo, Guaxuma e Pindorama, na Microrregião de São Miguel dos Campos. Camaragibe; Capricho; Porto Alegre; Santa Maria; Santo Antônio; Taquarana e Uruba na Microrregião Mata Alagoana, e Serra Grande e Laginha na Microrregião Serrana dos Quilombos.

**Tabela 3: Produção em Toneladas de Cana-de-Açúcar por Microrregião do Leste Alagoano, entre 2000 e 2015.**

<b>Microrregiões/Anos</b>	<b>Serrana dos Quilombos</b>	<b>Mata Alagoana</b>	<b>**Litoral Norte Alagoano</b>	<b>Maceió</b>	<b>São Miguel dos Campos</b>	<b>Penedo</b>
<b>2000</b>	1.598.974	8.464.220	1.374.823	3.768.084	10.704.683	1.229.607
<b>2001</b>	1.982.453	8.870.890	1.302.812	4.691.423	10.065.648	1.170.211
<b>2002</b>	1.786.510	6.819.532	1.034.823	3.862.885	9.949.040	1.130.317
<b>2003</b>	1.741.105	7.915.630	1.179.169	3.632.005	11.078.970	1.103.304
<b>2004</b>	1.787.077	7.027.229	1.113.981	3.689.939	10.161.777	1.803.980
<b>2005</b>	1.618.789	6.311.612	971.924	3.231.925	9.246.527	1.690.245
<b>2006</b>	1.651.407	6.209.545	895.965	3.184.606	9.362.343	1.582.694
<b>2007</b>	1.764.334	6.634.424	957.691	3.413.000	10.007.347	1.582.514
<b>2008</b>	1.841.242	7.854.025	1.109.310	3.904.430	11.720.910	1.983.450
<b>2009</b>	1.689.176	7.202.688	1.017.630	3.581.944	10.752.897	1.819.629
<b>2010</b>	1.519.005	6.531.499	918.226	3.203.060	9.801.304	1.674.850
<b>*2011</b>	1.694.346	6.034.255	1.102.290	4.194.013	13.891.026	1.891.819
<b>*2012</b>	1.025.366	5.138.872	1.044.874	3.977.633	11.812.358	1.844.000
<b>*2013</b>	1.125.931	4.880.024	1.212.929	3.870.665	10.392.470	1.706.125
<b>*2014</b>	1.477.824	4.732.694	3.044.987	4.253.297	11.172.211	1.828.788
<b>*2015</b>	812.828	3.688.803	-	2.838.116	7.694.584	1.156.863

Fonte: IPEA, 2010; IBGE, 2015; SINDAÇUCAR, 2015.

\*Os dados das Microrregiões Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Maceió, São Miguel e Penedo, para os anos de 2011 até 2015, são do SINDAÇUCAR e contemplam apenas aquelas unidades que produziram e/ou receberam cana-de-açúcar para moagem nesse período.

\*\*Para os dados de produção da cana-de-açúcar no Litoral Norte, no período entre 2011 e 2014, as informações foram retiradas da Produção Agrícola Municipal do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Para o ano de 2015, tanto o IBGE quanto o SINDAÇUCAR, não disponibilizam da produção de cana-de-açúcar para a Microrregião do Litoral Norte.

Os dados na tabela acima apresentam a produção em tonelada das microrregiões que fazem parte da mesorregião do leste alagoano no período compreendido entre 2000 e 2015. As informações contidas na tabela 3 corroboram, em parte, com os dados da área colhida, disponível na tabela 2. As microrregiões Serrana dos Quilombos e Mata Alagoana reduziram a sua produção durante os últimos 15 anos pela metade. Em 2000, a Microrregião Serrana dos Quilombos produzia 1.598.974 toneladas, passando a produzir em 2015, 812.828 toneladas, segundo o Sindicato da Indústria, do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas. Já a Microrregião da Mata Alagoana também reduziu pela metade a sua produção durante os últimos 15 anos, saindo de uma produção de 8.468.220 toneladas, em 2000, para 3.688.803 toneladas em 2015.

A Microrregião São Miguel dos Campos oscilou a sua produção ao longo dos anos, chegando a alcançar 13.891.026 toneladas em 2011, porém, com uma queda de 45% em 2015, ou seja, 7.694.584 toneladas. A Microrregião de Penedo praticamente manteve a sua produção ao longo dos anos analisados, apresentando uma ligeira queda, saindo de 1.229.607 para 1.156.863 toneladas em 2015, ou seja, 6% de redução. A Microrregião de Maceió oscilou a sua produção entre 4.691.423 toneladas em 2001, alcançando a sua menor produção em 2015, segundo o SINDAÇUCAR, com 2.838.116 toneladas, uma queda de 40%. Por fim, a Microrregião do Litoral Norte, apresentou significativa elevação na sua produção, ao contrário das demais, que apresentaram queda. A Microrregião do Litoral Norte saiu de uma produção de 1.374.823 toneladas em 2000, para 3.044.987 toneladas em

2014, último ano de análise, ou seja, uma elevação de 121% nos últimos 15 anos.

É possível observar que o setor sucroalcooleiro em Alagoas vem atravessando uma profunda mudança estrutural, refletindo, assim, tanto na área colhida quanto na produção observada nos últimos 15 anos, reflexo da crise por qual vem passando as usinas, em especial, com a queda no preço do açúcar, mercadoria de exportação do setor para o resto do mundo.

### 3.1 USINAS EM FUNCIONAMENTO NOS ANOS DE 2000 E 2016

Tendo em vista os reflexos provocados pela crise que afetou o setor sucroalcooleiro, durante a última década, resultado da baixa dos preços internacionais do açúcar e do álcool, como também os altos custos de produção, provocados muito em virtude da seca que afetou a produção, além da baixa capacidade em investimentos para a melhoria dos canaviais e do nível de endividamento das usinas, o estado de Alagoas vem apresentando uma relevante redução no número de usinas em atividade ao longo desses anos. Destaque para a tabela a seguir.

**Tabela 4: Usinas de Cana-de-Açúcar Produzindo em Alagoas no Início dos Anos 2000 e na Safra de 2016.**

Usinas	Localização	Safra 2000	Safra 2016
Cachoeira	Ipioca	Ativa	Ativa
Caeté	São Miguel dos Campos	Ativa	Ativa
Camaragibe	Matriz de Camaragibe	Ativa	Ativa
Capricho	Cajueiro	Ativa	Desativada
Coruripe	Coruripe	Ativa	Ativa
Leão	Rio Largo	Ativa	Ativa
João de Deus	Capela	Ativa	Desativada
Marituba	Igreja Nova	Ativa	Ativa
Porto Rico	Campos Alegre	Ativa	Ativa
Roçadinho	São Miguel dos Campos	Ativa	Desativada
Santa Clotilde	Rio Largo	Ativa	Ativa
Santa Maria	Porto Calvo	Ativa	Desativada
Santo Antônio	São Luiz do Quitunde	Ativa	Ativa
Seresta	Teotônio Vilela	Ativa	Ativa
Serra grande	São José da Laje	Ativa	Ativa
Sinimbu	Jequiá da Praia	Ativa	Desativada
Sumaúma	Marechal Deodoro	Ativa	Ativa
Triunfo	Boca da Mata	Ativa	Desativada
Guaxuma	Coruripe	Ativa	Desativada
Pindorama	Coruripe	Ativa	Ativa
Taquara	Colônia de Leopoldina	Ativa	Ativa
Uruba	Atalaia	Ativa	Ativa
Paisa (Penedo)	Penedo	Ativa	Ativa
<b>Total</b>	<b>23 Usinas</b>		

Fonte: Elaboração do Próprio Autor a Partir dos dados do SINDAÇÚCAR, 2016 e Grupo Carlos Lyra, 2016.

Obs.: As unidades em destaque (em situação duvidosa) irão moer em outras unidades cooperadas, ou seja, estão produzindo, mas não estão moendo nas suas próprias moendas.

Em 2000, o Estado de Alagoas contava com 23 usinas em plena atividade, ou seja, produzindo e moendo. Já para a safra de 2016, são apenas 16 usinas ativas, ou seja, produzindo e moendo, e 7 desativadas. Vale destacar que outras 4 usinas que existiam no estado, foram desativadas antes mesmo do ano 2000, são elas: Usina Ouricuri (Atalaia); Usina Bititinga (Messias); Usina São Simeão (Murici) e Usina Brasileiro (Atalaia).

Essa dificuldade vivida por grande parte da indústria sucroalcooleira em Alagoas, também é compartilhada por seus fornecedores de matéria-prima, afinal, o estado conta com aproximadamente 8 mil fornecedores de cana-de-açúcar, segundo dados disponibilizados pelo Sindicato do Açúcar e do Alcool de Alagoas - SINDAÇUCAR, que vivem às voltas com as constantes crises por qual atravessa o setor sucroalcooleiro no estado. Grande parte dos fornecedores de cana-de-açúcar em Alagoas, ou seja, aproximadamente 90%, são formados por pequenos produtores (produzem menos de 2 mil toneladas de cana por safra), ao contrário do que muitos possam imaginar, já que a monocultura da cana está intrinsecamente relacionada à tradicional elite alagoana. Esses fornecedores geralmente são donos ou arrendatários de terra, que produzem a matéria-prima e fornecem para a indústria.

O fornecimento da matéria-prima em Alagoas ocorre de forma ainda muito tradicional, do tipo “acordo entre cavalheiros”, ou seja, não há contrato para o fornecimento da cana por parte dos plantadores. Na verdade o que há é um acordo para o fornecimento da cana, mediante a cessão de insumos e plantio (mix de produção), que será posteriormente debitado no momento da entrega da cana nas usinas. Caso a usina não consiga honrar os compromissos com o produtor, este último fica impossibilitado de consolidar sua safra no ano seguinte, podendo, inclusive, fornecer para outra unidade.

Outra característica dos plantadores de cana-de-açúcar em Alagoas se dá em virtude da própria logística de produção, ou seja, muitos produtores ficam “amarrados” a determinadas usinas, em função dos custos de corte, carregamento e transporte (CCT), que inviabilizam o fornecimento para outras unidades produtoras.

Segundo dados fornecidos pela Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar de Alagoas (ASPLANA), e disponíveis no site do Sindicato do Açúcar e do Alcool de Alagoas (SINDAÇUCAR), Aproximadamente 66% dos produtores de cana-de-açúcar no estado (4.727), produzem, em média, 184 toneladas de cana, o que representa quase 10% da produção local. Já para 13% dos produtores (937), produzem em média 706 toneladas, enquanto que 12,38% (897) produzem em média 1.688 toneladas. Esse grupo representa a maioria dos plantadores de cana em Alagoas, e produzem mais de 30% da cana-de-açúcar utilizada como matéria-prima nas usinas do estado. Os demais (em torno de 10%), produzem, em média, entre 4 e 20 toneladas de cana, o que representa quase 70% do restante da cana do estado de Alagoas.

## **4. EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO LESTE ALAGOANO NOS ÚLTIMOS 15 ANOS**

O setor sucroalcooleiro vem passando por uma profunda transformação, seja no âmbito da gestão organizacional, mudanças de realocação espacial, tecnológica, com vistas em modificar o paradigma de produção das usinas ou até mesmo uma reestruturação produtiva. Esse processo vem se apresentando desde a desregulamentação do setor nos anos de 1990, quando os produtores passaram a não mais contar com a mão do estado benevolente e assistencialista, tendo que, a partir de então, competir no mercado nacional. Essas transformações “forçaram” a busca por alternativas de produção em áreas antes ocupadas pela cana-de-açúcar e que deixaram de ser rentáveis para essa finalidade. Seguindo essa tendência natural de substituição das áreas de cana-de-açúcar, dando lugar ao pasto, com a criação de gado, especialmente os de corte ou engorda, todas as microrregiões que compõem a Mesorregião do Leste Alagoano, elevaram consideravelmente os seus rebanhos, com exceção da Microrregião do Litoral Norte, que apresentou uma pequena elevação, destoando das demais microrregiões. Ao longo dos últimos 15 anos analisados, as microrregiões apresentaram elevação média de 73% no efetivo de rebanho até o último ano analisado (2014) em relação ao primeiro ano de estudo (2000). As Microrregiões de Penedo (123%); São Miguel dos Campos (92%) e Mata Alagoana (77%), apresentaram maior elevação do rebanho bovino, seguido por Maceió e Serrana dos Quilombos com 67% e 51% respectivamente a Microrregião do Litoral Norte apresentou

um ligeiro aumento no seu efetivo, com apenas 28% até o último ano analisado (2014), em relação ao primeiro ano de estudo (2000).

Era de se esperar que a Microrregião do Litoral Norte apresentasse menor elevação do seu rebanho efetivo de bovino, em comparação com as demais microrregiões do leste alagoano, já que a mesma foi a única microrregião que elevou tanto a sua área colhida quanto a sua produção em toneladas de cana-de-açúcar, enquanto que no geral, a maioria das microrregiões apresentaram redução de área colhida e de produção, exemplos das Microrregiões Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana e São Miguel dos Campos. A Microrregião de Maceió, mesmo elevando a sua produção, manteve a sua área colhida estável, o que pode caracterizar uma maior eficiência ou desempenho das suas áreas de cana-de-açúcar, podendo, assim, destinar áreas, que a princípio poderia ser utilizadas para a monocultura, e agora estão sendo utilizadas para a criação de gado. Logo abaixo, é possível observar a evolução dos efetivos de rebanho por microrregião do leste alagoano.

**Tabela 5: Efetivo do Rebanho Bovino por Microrregião do Leste Alagoano, entre 2000 e 2014.**

<b>Microrregiões/Anos</b>	<b>Serrana dos Quilombos</b>	<b>Mata Alagoana</b>	<b>Litoral Norte Alagoano</b>	<b>Maceió</b>	<b>São Miguel dos Campos</b>	<b>Penedo</b>
<b>2000</b>	99.164	90.429	18.904	11.020	27.684	30.639
<b>2001</b>	119.649	101.304	19.237	11.166	27.318	33.703
<b>2002</b>	110.729	91.884	16.069	<b>11.285</b>	26.480	30.740
<b>2003</b>	96.403	91.210	16.481	<b>21.855</b>	27.195	33.729
<b>2004</b>	109.270	108.300	19.045	26.726	32.358	33.650
<b>2005</b>	126.994	128.826	17.200	26.965	39.278	41.354
<b>2006</b>	130.117	139.824	17.747	28.461	39.633	41.906
<b>2007</b>	134.243	144.156	18.977	28.066	49.225	44.265
<b>2008</b>	133.813	142.724	19.860	25.115	51.552	51.794
<b>2009</b>	133.337	147.130	23.000	23.382	52.916	59.600
<b>2010</b>	141.231	147.095	22.927	21.521	55.618	63.690
<b>2011</b>	148.330	151.592	22.755	20.990	55.765	66.650
<b>2012</b>	141.768	152.395	23.827	22.898	53.445	66.412
<b>2013</b>	151.359	164.146	24.966	19.059	54.480	69.073
<b>2014</b>	150.047	160.659	24.280	18.457	53.192	68.335

Fonte: IBGE, 2014.

A criação de gado de corte vem ganhando cada vez mais espaço no leste alagoano, como alternativa por parte dos grandes latifundiários. Da mesma forma que a cana-de-açúcar, a pecuária (tradicional, extensiva, diferente da moderna, intensiva de capital, tecnologia, etc.) é uma atividade que exige grandes extensões de terra para o cultivo do pasto como alimento principal para o rebanho, apesar de ser menos intensiva em mão-de-obra.

Portanto, essa tendência, vista por parte de proprietários de terra que até então produziam cana-de-açúcar, e que por algum motivo, seja pelo fechamento de algumas usinas durante os últimos quinze anos, ou até mesmo em busca de alternativas mais rentáveis e menos exigentes em mão-de-obra e tratos culturais. A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no que concerne a recuperação ou desapropriação de áreas para reforma agrárias também contribuiu para a redução de terras anteriormente ocupadas para o cultivo da cana. Adiante é possível ter uma maior noção sobre a nova realidade vivenciada pelos produtores nessa mesorregião do Estado de Alagoas, sobretudo as áreas de reforma agrária no Estado.

#### **4.1 QUAIS AS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NO LESTE ALAGOANO?**

Em virtude da crise no setor sucroalcooleiro, que desempregou e ainda desemprega milhares de trabalhadores, como também da necessidade de estabelecer um crescente número de produtores

rurais produzindo no campo, como consequência da crise, além de evitar o êxodo rural, o INCRA (AL) (e atender os movimentos sociais de luta pela terra) passou a intensificar a luta pela (o processo de) reforma agrária, ampliando o número de assentamentos ao longo do tempo, especialmente na mesorregião do leste alagoano. Atualmente o Estado de Alagoas conta com 178 projetos de assentamentos, sendo 108 na mesorregião do leste alagoano, ou seja, 60% dos projetos estão situados na mesorregião. Ademais, são 13.30 famílias assentadas em todo o Estado, com 113.985,3705 hectares de reforma agrária. Na tabela abaixo é possível observar a situação em que se encontra a mesorregião do leste alagoano.

**Tabela 6: Famílias Assentadas e Área de Reforma Agrária na Mesorregião do Leste Alagoano, com Dados Atualizados até Fevereiro de 2016.**

<b>Microrregião Serrana dos Quilombos</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área (ha)</b>
Chã Preta	75	613,8264
União dos Palmares	829	7.484,4509
Viçosa	290	1.367,8072
<b>Total</b>	<b>1.194</b>	<b>9.466,0845</b>
<b>Microrregião da Mata Alagoana</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área (ha)</b>
Atalaia	513	4.890,8925
Branquinha	506	3.278,9532
Cajueiro	122	1.099,8554
Colônia Leopoldina	23	114
Flexeiras	488	4.893,8062
Jacuípe	197	1.656,75
Joaquim Gomes	323	3.048,8332
Matriz de Camaragibe	198	1.881,1262
Messias	34	350,8
Murici	183	1.893,9823
Novo Lino	309	2.130,3777
Porto Calvo	176	2.789,2815
São Luís do Quitunde	831	6.573,8750
<b>Total</b>	<b>3.903</b>	<b>34.602,5332</b>
<b>Microrregião do Litoral Norte</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área (ha)</b>
Japaratinga	39	379,1537
Maragogi	1.497	10.661,8
Passo de Camaragibe	8	58,52
Porto de Pedras	136	1.293,5819
São Miguel dos Milagres	68	623,754
<b>Total</b>	<b>1.748</b>	<b>13.016,8096</b>
<b>Microrregião Maceió</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área (ha)</b>
Maceió	125	1.569,5275
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>1.569,5275</b>
<b>Microrregião São Miguel dos Campos</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área (ha)</b>
Anadia	16	163,4356
Teotônio Vilela	55	470,2169
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>633,6525</b>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do INCRA, 2016.

Como pode ser bem observado na tabela acima, a mesorregião do leste alagoano conta com 7.041 famílias assentadas, ou seja, mais da metade de famílias de todo o Estado, até esse ano de

2016, com dados atualizados em fevereiro do corrente ano. Além disso, são 59.288,6073 hectares de área de reforma agrária na mesorregião, o que representa 52% do total de todo o Estado.

## 5. ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS PARA A MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR E PECUÁRIA NO LESTE ALAGOANO

Tendo em vista o grande potencial agrícola da mesorregião do leste alagoano, especialmente em virtude das suas condições edafoclimáticas, é possível propor alternativas para romper com a monocultura da cana-de-açúcar, que “condena” a região a apenas duas possibilidades de produção, apresentados até o momento, a própria cana-de-açúcar, graças ao seu enraizamento histórico, desde a formação econômica e social de Alagoas, e a pecuária, que sempre foi utilizada como forma combinada para manter alguma atividade produtiva e garantir o caráter produtivo da propriedade, evitando ser caracterizada como “área para reforma agrária” à crise do setor canavieiro.

Alagoas é um estado que sofre para se libertar das amarras da pobreza que insistem em se perpetuar, sendo dramaticamente intensificada graças ao limite imposto pelos grandes proprietários de terra, que por sua vez limita – direta ou indiretamente – à produção sustentável de outras atividades agrícolas que possibilite a obtenção de renda por parte dos agricultores familiares. É necessário romper com a inércia que praticamente mantém inalterada a estrutura fundiária do estado, com o objetivo de ampliar a capacidade de produção de alimentos, visto que não é mais sustentável esse modelo produtivo agrícola sem diversificação com predomínio quase exclusivo de cana e pecuária.

Segundo o IBGE (2010), a população de Alagoas saltou de 2.819.172 de habitantes em 2000, para 3.120.494 habitantes em 2010, ou seja, um aumento de 10% da população total em dez anos, sendo que durante esse mesmo período de tempo, a população urbana das três mesorregiões do estado saiu de 1.884.171 habitantes para 2.251.042 habitantes. Já a população rural encolheu de 665.852 habitantes para 535.937 habitantes nesse mesmo período de dez anos. Esses dados refletem em um aumento de 66,83% para 72,13% da população morando na cidade, enquanto que a população rural encolheu de 23,61% para 17,17% da população, como pode ser observado com mais detalhes da tabela abaixo.

**Tabela 7: População Residente nas Três Mesorregiões do Estado de Alagoas, Segundo Dados do Censo Agropecuário 2000/2010.**

	Situação e localização da área	2000	2010
<b>Sertão Alagoano</b>	Urbana - cidade ou vila - área urbanizada	172.592	206.520
	Rural - área rural (exceto aglomerado)	187.661	172.385
<b>Agreste Alagoano</b>	Urbana - cidade ou vila - área urbanizada	293.444	339.502
	Rural - área rural (exceto aglomerado)	230.184	192.878
<b>Leste Alagoano</b>	Urbana - cidade ou vila - área urbanizada	1.418.135	1.705.020
	Rural - área rural (exceto aglomerado)	248.007	170.674

Fonte: IBGE, 2010.

Essa nova realidade na distribuição populacional em Alagoas, nos permite refletir sobre a necessidade de ampliação das cadeias de produção de alimentos dentro do estado, visto que há um aumento da população total residindo no território alagoano, como também ao mesmo tempo, uma

migração de parte da população do campo para a cidade, em busca de melhores condições de sobrevivência, já que o campo não lhes fornece condições suficientes para produzir e se sustentar. Serão necessários maiores esforços por parte daqueles que empreendem no campo para produzir o suficiente para atender o contingente populacional urbano que só aumenta a cada dia, com vistas, é claro, a uma maior diversificação da produção, do emprego e da renda, sendo que especialmente a mesorregião do leste alagoano, tem um papel estratégico nesse desafio, haja vista todo o seu potencial produtivo, como também sua posição geográfica privilegiada.

Não é demais lembrar que a região do leste alagoano já apresenta casos de sucesso, mesmo que em menor escala, quando se trata de alternativas de produção agrícola sustentável, como podemos destacar, por exemplo, alguns arranjos produtivos locais, que sinalizam a possibilidade de geração de emprego e renda, como o APL Fruticultura no Vale do Mundaú, o APL da Rizicultura, além de outros arranjos, que mesmo não tendo a finalidade de produção agrícola ou animal, contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos seus empreendedores, como o APL Móveis de Maceió e o APL Extração Artesanal de Granitos. Atualmente o estado de Alagoas conta com 12 Arranjos Produtivos Locais (APL), segundo a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG, sendo que 8 estão localizados na mesorregião do leste alagoano, são eles: APL Artesanal de Granito, APL Fruticultura no Vale do Mundaú, APL em Maceió e Entorno, APL Rizicultura do Baixo São Francisco, APL Apicultura Litoral e Lagoas, APL TI de Maceió, APL Piscicultura Delta do São Francisco, APL Turismo Caminhos do São Francisco.

Vale lembrar que os pesquisadores do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas, já desenvolvem estudos em fase experimental, mas de muito sucesso, em diversas frentes, como a produção de diversas variedades e clones de milho com elevado nível de produção, a piscicultura com vistas a sua implantação nos assentamentos rurais do estado, além da contínua melhora das variedades de melão e batata-doce voltados para a agricultura familiar. Projetos como esses desenvolvidos por pesquisadores do CECA/UFAL necessitam de maior apoio por parte do Governo do estado de Alagoas para saírem do “status” experimental e ganharem espaço no campo, ampliando ainda mais o leque de possibilidades de produção, rompendo com essa “armadilha” que condena o homem do campo a pobreza eterna, por falta de alternativas para produzir.

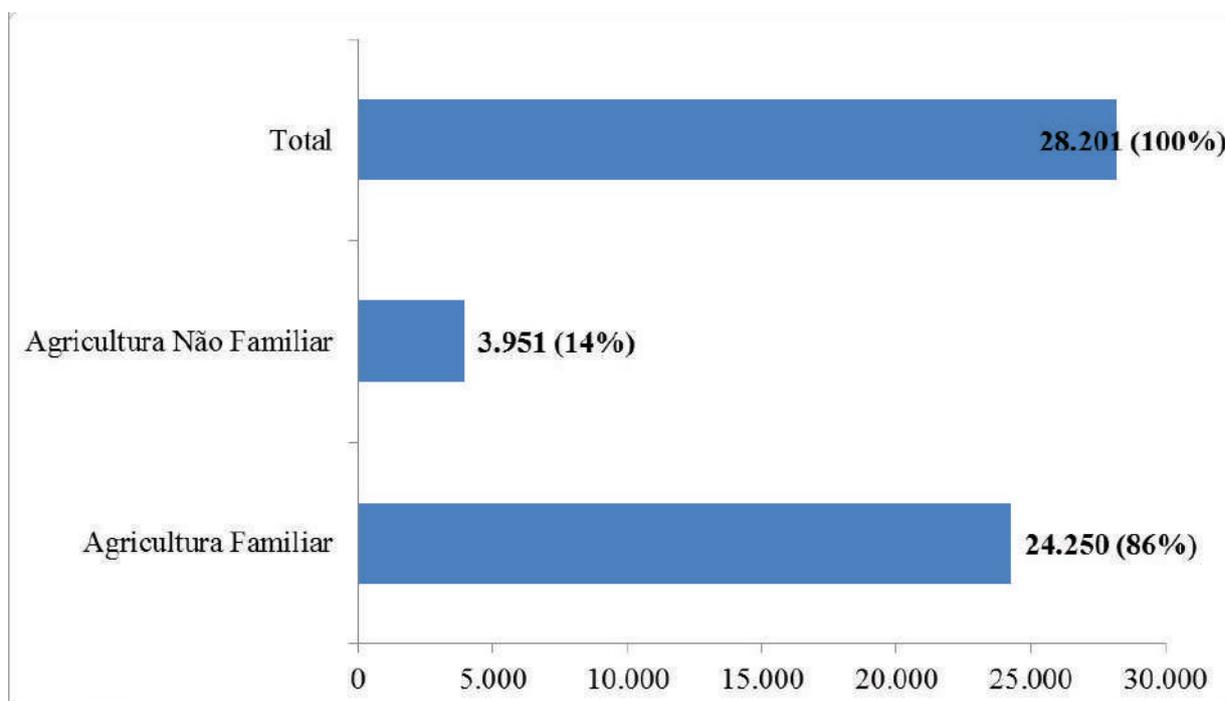
A diversificação produtiva, além de ter um caráter social da produção, é importante como forma de reduzir os custos na aquisição de alimentos por parte da população que mora na cidade, pois, a medida que se ampliam as cadeias de produção de alimentos, seja de origem vegetal ou animal, reduz-se também o canal de comercialização, minimizando, assim, o preço final do produto que vai à mesa da população. Para isso, seria importante lembrar a necessidade de implantação de um cinturão verde de produção de alimentos, como também voltado para a arborização e recuperação da mata atlântica na mesorregião do leste alagoano, até mesmo em parceria com os assentamentos rurais, como alternativas para a geração de emprego e renda para os produtores e redução dos preços dos alimentos consumidos pelos alagoanos, já que o estado, em si, não consegue produzir o suficiente para atender a demanda interna. Caso de sucesso foi observado no agreste de Alagoas, no município de Arapiraca, no ano de 2006, através da implantação de um cinturão verde em uma parceria da prefeitura do município e os produtores de fumo, que migraram para o cultivo de hortaliças. Feito esse que minimizou o impacto da crise fumageira, surgindo como uma saída menos traumática por parte daqueles que produziam o fumo e a partir daquele momento passaram a contar com alternativas de geração de renda.

Portanto, um cinturão verde para o estado de Alagoas contribuiria com uma dupla função: produção de alimentos com o objetivo de fixar mão-de-obra familiar no campo, garantindo, assim, maior poder de compra da população residente no estado, graças a redução dos canais de comercialização e diversificação produtiva; como também, com a função de arborização, regulando o microclima, absorvendo gases poluentes, criando corredores ecológicos e, inclusive, servindo de atrativo turístico tanto para os nativos quanto para os visitantes (LAGES; SILVA JR.; SILVA; COSTA, 2013).

## 6. QUAL O PESO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MESORREGIÃO DO LESTE ALAGOANO?

Apesar da agricultura alagoana estar associada à produção de cana-de-açúcar, desde a sua formação histórica, especialmente no leste alagoano, que concentra as melhores terras para a produção agrícola, além de maior recurso hídrico, a agricultura familiar se apresenta como responsável pela maior parcela de estabelecimentos agropecuários, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Gráfico 1: Número de Estabelecimentos Agropecuários na Mesorregião do Leste Alagoano, de Acordo com o último Censo Agropecuário (2006).**



Fonte: IBGE, 2006.

Do total de estabelecimentos agropecuários disponíveis na mesorregião do leste alagoano, 24.250, ou seja, 86% do total de 28.201, são da agricultura familiar, enquanto que apenas 3.951 estabelecimentos, ou 14%, são de agricultores não caracterizados como familiar, segundo levantamento realizado pelo IBGE. Isso implica dizer que a agricultura familiar detém uma considerável importância para a produção nessa mesorregião do estado de Alagoas, podendo ser possível afirmar que, sem esses agricultores, não seria possível a produção agrícola nessa localidade.

Isso nos faz refletir o potencial de produção e diversificação ainda inexplorado ou pouco utilizado por parte dos produtores que dispõem de recursos naturais na mesorregião, e que poderiam contribuir significativamente para minimizar a dependência do estado para com os demais entes da federação, em relação a produção de alimentos para atender a demanda local.

## 7. O QUE SE PRODUZ DE FORMA COMPETITIVA NO LESTE ALAGOANO?

Dos produtos de lavoura permanente produzidas na mesorregião do leste alagoano, se destacam o coco-da-baía, o maracujá e a laranja. A banana em cacho, apesar da sua produção ser relativamente inferior em relação às culturas citadas, apresentou uma evolução de produção que vale

ser mencionada, saindo de 3.820 cachos por hectare em 2000, para 40.214 cachos por hectare em 2014, ou seja, uma evolução de 1.052%. Vale lembrar que essa cultura chegou a alcançar um pico de produção de 94.650 cachos no ano de 2001. Culturas de menor importância como a pimenta do reino e o urucum (semente), também são produzidas na região, mesmo de forma ainda incipiente. A manga, outra cultura de relevante importância para a mesorregião, vem perdendo espaço ao longo da última década. No início dos anos 2000, eram produzidos 12.830 toneladas da referida cultura, hoje a produção é bem mais modesta, com 3.106 toneladas, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE.

**Tabela 8: Produção Agropecuária de Lavoura Permanente na Mesorregião do Leste Alagoano – Toneladas.**

Produto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Banana (cacho)	3.820	94.650	60.649	45.307	46.018	43.348	37.665	37.373	40.920	41.905	43.076	43.867	38.231	29.617	40.214
Coco-da-baía	55.715	50.354	42.682	48.717	47.361	44.865	46.265	43.697	50.584	49.886	51.625	50.553	25.637	67.930	73.513
Goiaba	40	28	233	182	216	417	207	183	194	624	608	601	200	200	214
Laranja	179.947	35.299	34.351	31.698	34.910	33.472	33.714	32.311	37.735	40.994	44.191	48.388	45.491	30.085	48.051
Limão	0	0	16	60	60	54	49	49	49	152	152	146	0	145	81
Mamão	72	269	123	1.341	2.727	5.548	7.654	5.674	5.588	5.201	5.378	5.361	5.335	6.383	2.734
Manga	12.830	2.472	5.155	2.256	3.331	3.947	3.616	3.965	3.794	3.666	1.945	2.288	2.804	3.339	3.106
Maracujá	76.456	90.948	7.556	10.589	9.058	5.275	4.806	4.780	4.401	4.245	3.257	3.032	1.930	2.870	3.398
Pimenta-do-reino	0	0	0	199	365	371	391	340	346	269	325	276	29	212	218
Urucum	0	0	0	17	19	71	36	36	43	0	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE, 2014.

São doze as culturas de lavoura temporária produzidas de forma competitiva na mesorregião do leste alagoano, segundo levantamento do IBGE, que não contempla outras culturas desenvolvidas na região. Dentre elas, ganha destaque a mandioca, tubérculo de maior importância econômica para o Estado, além do abacaxi que apresentou uma evolução significativa nos últimos 15 anos, saltando de uma produção de 14.157 toneladas, para impressionantes 47.837 toneladas em 2015. O arroz em casca também se destaca, apesar de ter apresentado desempenho inverso do abacaxi, ou seja, uma involução nos últimos 15 anos, saindo de 40.493 toneladas em 2000, para 17.301 toneladas em 2015, ou seja, uma redução de 58% durante esse período. Merecem destaque também as culturas da batata-doce, fava em grão, feijão em grão e o milho, culturas de significativa importância econômica e social para o Estado de Alagoas.

**Tabela 9: Produção Agropecuária de Lavoura Temporária na Mesorregião do Leste Alagoano – Toneladas.**

Produto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abacaxi	14.157	15.539	13.889	10.437	13.198	9.176	9.163	9.528	6.913	7.180	5.949	4.684	3.932	4.070	47.958	47.837
Amendoim (em casca)	11	11	11	12	7	16	18	21	23	23	53	53	49	57	143	490
Arroz (em casca)	40.493	38.612	20.025	12.364	12.025	10.759	12.811	11.885	14.010	17.589	17.419	17.841	18.607	11.984	16.809	17.301
Batata-doce	6.126	8.215	10.029	11.347	7.402	9.533	9.714	9.763	9.549	9.729	8.019	7.249	4.995	6.321	7.229	7.622
Fava (em grão)	223	221	102	100	52	66	65	149	150	126	57	57	33	30	28	29
Feijão (em grão)	4.045	3.875	3.333	2.962	2.720	2.835	2.802	2.462	2.283	2.119	1.658	1.420	1.082	1.088	1.234	2.326
Fumo (em folha)	386	372	369	326	349	408	334	307	238	219	306	263	221	216	185	159
Mandioca	68.449	73.554	43.493	24.651	47.876	45.487	38.062	41.150	53.901	44.932	40.101	34.890	31.051	30.309	42.600	78.705
Melancia	152	139	146	158	5.638	5.638	292	342	490	485	537	537	40	448	1.141	3.131
Milho (em grão)	6.379	3.288	3.130	2.020	1.796	1.987	1.920	1.903	2.766	2.331	1.114	1.056	548	599	723	652
Soja (em grão)	0	0	0	0	54	54	0	0	0	0	0	0	0	0	0	550
Tomate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	60	0	92	92	0

Fonte: IBGE, 2015.

No quesito produção de origem animal, ganha destaque o leite, apesar de ter apresentado uma produção praticamente estagnada ao longo dos últimos 15 anos, como pode ser observado nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE. A produção de leite em 2000 era de 27.486 litros, apresentando picos de 32.860 litros em 2005, e estabilizando em 28.523 litros em 2014,

segundo dados do PPM. Ovos de galinha, ovos de codorna e mel de abelhas, também são outros produtos de origem animal que se destacam na mesorregião do leste alagoano, segundo a tabela abaixo.

**Tabela 10: Produção de Origem Animal na Mesorregião do Leste Alagoano.**

Produto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Leite (Mil litros)</b>	27.486	29.435	30.017	30.811	30.809	32.860	32.682	32.432	30.634	30.244	29.590	30.376	27.771	27.659	28.523
<b>Ovos de galinha (Mil dúzias)</b>	10.659	10.373	11.464	12.780	11.049	11.556	9.781	9.782	8.805	9.591	8.797	9.462	9.367	9.459	8.603
<b>Ovos de codorna (Mil dúzias)</b>	561	770	900	579	767	804	720	588	568	629	622	622	601	931	955
<b>Mel de abelha (Quilogramas)</b>	800	1.000	0	41.725	47.964	47.871	45.400	46.983	44.904	38.779	42.050	43.624	51.470	41.484	58.908

Fonte: IBGE, 2014.

## 7.1 QUAIS AS ALTERNATIVAS PARA OS PLANTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NO LESTE ALAGOANO?

De fato, a mesorregião do leste alagoano, além de ser a maior mesorregião do estado de Alagoas, é a mais privilegiada fisiologicamente, como também a mais desenvolvida economicamente. É notável a sua capacidade produtiva, em virtude da qualidade do seu solo e da abundância de água doce para produção agrícola.

Em virtude de todas as condições edafoclimáticas disponíveis na mesorregião, ela se torna potencialmente capaz de produzir qualquer tipo de atividade agrícola menos intensiva em mão de obra, como forma de subsistência para os pequenos produtores, sem a necessidade de tratamentos culturais mais exigentes para o solo e que resulta em perda da capacidade produtiva e de regeneração das suas camadas mais superficiais.

Culturas leguminosas como o feijão e amendoim, que são pouco exigentes e trazem enormes benefícios, inclusive para a preservação do solo, como forma de adubação verde, já que podem ser incorporadas ao solo após a colheita, além de serem utilizadas como rotação de culturas e/ou associação com outros cultivos como o milho e até mesmo a fruticultura, como é o caso da banana e dos citros, largamente produzidos nos municípios de União dos Palmares e Santana do Mundaú, mas que também são produzidos em menor escala em municípios como Branquinha, Coruripe, Chã Preta, Murici, Colônia Leopoldina, São Luiz do Quitunde, Joaquim Gomes e até mesmo Maceió.

Outra cultura que vem ganhando espaço e que pode servir de alternativa é a soja, grão mais plantado no Brasil, com área estimada em quase 50% da totalidade. O país é o segundo maior produtor da cultura no mundo, alternando a primeira colocação com os Estados Unidos. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a safra 2015/16 alcançou produção de 95 milhões de toneladas em uma área de 33 milhões de hectares e uma produtividade média de 2.882 quilos por hectare, tendo os estados do Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul nossos maiores produtores, responsável por 62,07% da produção total do país.

O estado de Alagoas apresentou na safra de 2015, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), uma produção de 550 toneladas, resultado insignificante quando comparado com os grandes produtores da cultura no país, porém, esse resultado significa uma elevação de 1000%, quando comparado com os dados de produção apresentados pelo próprio IBGE para Alagoas, nas safras 2004/05, que foi de 54 toneladas. Esse resultado descortina um potencial ainda não tão explorado por pequenos ou médios produtores que vivem em meio à crise do setor canavieiro, e que podem encontrar na cultura da soja uma forte alternativa, fazendo com que a cultura saia do “status” experimental para o status de produção efetiva como fonte geradora de emprego e renda, tendo em vista que ela pode ser produzida para a comercialização in natura, ou seja, na forma de grão, ou industrializada (alimentação humana e animal, como na produção de óleo).

Nunca é demais lembrar que a soja pode ser cultivada na forma de plantio direto ou em um sistema integrado de lavoura e pecuária, como também em rotação de cultura, de preferência com culturas de ciclo curto, como as gramíneas e as leguminosas.

O abacaxi também vem ganhando cada vez mais espaço entre os produtores da mesorregião do leste alagoano, em virtude de poder ser produzida em qualquer época do ano, e de fácil plantio, além de ser possível o seu consórcio com culturas de ciclo curto, como leguminosas e hortaliças.

A eucaliptocultura é outra atividade que vem em franca ascensão e a sua importância é indiscutível, dado a sua utilidade como matéria prima para a fabricação de madeira, papel, celulose e até mesmo na geração de energia e produção de carvão. O Brasil larga na frente dos seus concorrentes quando se refere a produção em escala comercial, por ser uma cultura pouco exigente a tratamentos culturais mais sofisticados e ser de fácil adaptação a qualquer tipo de solo, podendo ser cultivada tanto em áreas florestais quanto em áreas de lavoura.

Tornou-se uma alternativa interessante para os produtores de cana-de-açúcar em Alagoas, muito em virtude da crise por qual atravessa o setor canavieiro no estado, já que é uma planta que pode ser cultivada tanto em áreas planas como também em encostas, inclusive como forma de recuperação de áreas degradadas, conservação do solo e redução da erosão, graças a sua capacidade de proteção natural do solo. O eucalipto, além da sua importância econômica, como fornecedora de matéria prima para a produção de diversos fins comerciais, também pode ser explorada como forma de proteção de lavouras, já que ela pode ser utilizada também como cerca viva e até mesmo quebra vento.

Segundo a Embrapa florestas, plantações bem conduzidas de eucalipto, podem resultar em cortes para a indústria a cada 7 anos, gerando de 150 a 300 esteres (madeira empilhada) por hectare, com uma receita que pode chegar em até 3.000,00 reais/ha. Existem no Brasil mais de 100 espécies de eucalipto, sendo a *E. grandis* a mais utilizada, seguida pela *E. saligna* e *E. urophylla*.

É possível também ser utilizado como alternativas de subsistência, a criação de animais de pequeno porte e menos exigentes, como aqueles característicos do sertão, devido a sua rusticidade, como por exemplo, cabra, bode, carneiro e avicultura, que nesse último caso, pode ser a galinha caipira, mais resistente a doenças e que se adaptam facilmente a qualquer ambiente, além de serem livres de qualquer tipo de medicamentos ou substâncias tóxicas.

A criação de gado de leite também pode ser utilizada como alternativa para os pequenos produtores, diferentemente da criação de gado de corte, que são mais exigentes em terra e que só traz retorno em no mínimo dois anos de criação, após a engorda e o abate. A criação de gado de leite requer do criador mais cuidados em virtude da necessidade de limpeza diária do rebanho, para evitar o surgimento de bactérias ou doenças, como a mastite bovina, principal doença do gado de leite, pois, reduz a produção do mesmo, podendo até ocasionar na perda do animal. Portanto, a criação de gado de leite, apesar de demandar maiores cuidados por parte do criador, resulta em retorno financeiro diário, já que seu principal produto é o leite, que deve ser retirado dos animais todos os dias. Isso implica dizer que o produtor terá uma renda diária com a produção de leite, como também de seus subprodutos, como o queijo, por exemplo, podendo agregar ainda mais valor à sua atividade.

## **7.2 QUAIS SÃO OS PROBLEMAS INSTITUCIONAIS QUE IMPEDEM OU LIMITAM A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO LESTE ALAGOANO?**

Além dos problemas advindos da resistência dos grandes latifundiários, que ocupam boa parte das terras agricultáveis na mesorregião do leste alagoano, especialmente com a produção de cana-de-açúcar, existe forte carência institucional daqueles produtores que ainda resistem na tentativa de otimizar o espaço destinado a eles como fonte de renda.

As ações de políticas públicas deveriam andar em sintonia constante com o setor privado, com o objetivo de elevar a eficiência dos pequenos produtores, como também estimular a instalação de pequenas indústrias de beneficiamento ou processamento da produção com vistas à agregação de

valor e diversificação produtiva, fundamentais para endogeneizar o desenvolvimento nessa mesorregião. Parcerias com grandes estabelecimentos varejistas, por exemplo, poderia surgir como alternativa para tal finalidade.

O surgimento de cooperativas, com o apoio das instituições governamentais, poderia ser uma saída para a difusão tecnológica disponível, além de assistência técnica por parte do governo, com o intuito de aperfeiçoar as capacidades dos produtores, seja no trato cultural, administração financeira ou até mesmo noções de comercialização.

Essas cooperativas iriam aproximar os produtores dos consumidores, como também dos próprios intermediários, seja o governo ou a rede privada, além de aumentar o poder de barganha dos mesmos, no momento da formação das suas margens de lucro. Tais ações podem resultar em externalidades positivas para a mesorregião, fortalecendo aquilo que ela tem de mais positivo, que é a sua capacidade de produzir alimentos para abastecer toda a população, não apenas da região, mas de todo o estado.

Afinal, Alagoas já apresenta um grande exemplo de sucesso em se tratando desse tipo de organização, a cooperativa Pindorama. Fundada em 1956 pelo suíço René Bertholet, é o maior caso de sucesso de uma cooperativa no estado de Alagoas, mesmo em um ambiente dominado pela tradicional monocultura da cana-de-açúcar ou pela criação extensiva de gado de corte. Localizada no litoral sul do estado, no limite entre as microrregiões Penedo e São Miguel dos Campos, mais precisamente nos municípios de Coruripe, onde encontra-se a sede da cooperativa, Feliz Deserto e Penedo.

Atualmente a cooperativa conta com uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar, para a produção de açúcar e álcool, toda ela automatizada, inaugurada no ano de 2003, com um investimento de 11 milhões de reais. Além da usina para a produção de açúcar e álcool, os cooperados também cultivam frutas para a produção de suco em pó e engarrafado, além de goiabada, como também o coco e o leite, este último a partir da criação de gado realizada pelos proprietários (cooperados) da Pindorama. Ao todo, a Pindorama gera aproximadamente 2.100 empregos, entre o campo e a indústria, com cerca de 32 mil hectares dentro da sua estrutura de produção.

A Pindorama conta com uma série de parcerias com vistas ao fortalecimento da produção dos seus cooperados, como o Banco de Brasil e o Banco do Nordeste, que facilitam o acesso ao crédito para a manutenção das lavouras, a partir do Pronaf (SILVA & ROCHA, 2014), como também a Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Portanto, já há mais de sessenta anos, a cooperativa Pindorama vem se consolidando como um caso de sucesso em diversificação produtiva e reforma agrária, através dos cerca de 1.025 pequenos produtores cooperados, além de uma população residente em seu distrito de 31 mil habitantes.

Entretanto, como afirma Carvalho (2005, p.43)

Pindorama não é somente uma cooperativa de produção agroindustrial, mas uma experiência social que marca uma diferença na paisagem humana do sul de Alagoas, pela divisão das terras, seleção dos colonos, diversificação na produção e, principalmente, pela qualidade de vida de seus moradores, resultado dos investimentos em educação, saúde e habitação, que separou Pindorama da realidade que a cercava.

Mesmo em um espaço dominado pelo monocultivo da cana-de-açúcar, já arraigado no estado de Alagoas desde a sua colonização, os produtores que fazem parte desse caso de sucesso chamado Pindorama, se tornaram referência em diversificação produtiva como porta de saída de um modelo de produção tido, historicamente, como o grande gerador de renda no estado, utilizando a terra de forma inteligente e sustentável.

Portanto, na verdade, a falta de difusão de políticas públicas para o fortalecimento dos produtores familiares na mesorregião, como também o seu descumprimento, como é o caso do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que obriga os governos a destinar 30% de suas compras para merendas, para a agricultura familiar, só agrava e limita a capacidade de diversificação, como também de desenvolvimento desses produtores, que se veem sem perspectiva de ampliação ou até mesmo melhoria para a sua atividade.

O fortalecimento das políticas públicas, a exemplo do PAA, aliado a um novo cenário de comercialização dos hortifrutti, permite ao produtor maior poder de decisão no que concerne ao destino dos seus produtos, sem ter que ficar a mercê dos maus intermediários, que existem, e impedem o processo de endogeneização do desenvolvimento, além de intensificar o vazamento de renda gerado no processo de produção agrícola (SILVA JR., 2014).

O PAA é uma ação do governo federal ligado ao Programa Fome Zero, que tem como objetivo principal o fortalecimento da agricultura familiar, através da garantia de compra por parte da União sem a necessidade de licitação, dos produtos produzidos por esses agricultores. O PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei número 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo decreto número 7.775, de 4 de julho de 2012, integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, operacionalizado pela CONAB, e executado por estados e municípios, como disposto no próprio site do órgão, ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Alagoas é um dos estados mais beneficiados com o programa, segundo dados disponibilizados para consulta no site da CONAB, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo, líder disparado em recursos investidos pelo governo federal para os agricultores familiares, através do PAA, e do estado da Bahia. Em 2014, o PAA investiu R\$ 17.206.982,75 na modalidade doação. Já em 2015, houve um pequeno aumento nos investimentos destinados para Alagoas, na mesma modalidade, com R\$ 19.972.455,24. Em 2016, o investimento realizado pelo governo federal para os agricultores familiares que participam do PAA, foi de R\$ 13.862.386,22.

Portanto, como afirma Lages et al. (2013), políticas de fortalecimento da agricultura familiar, vêm atenuando não apenas o vazamento de renda provocado pelos maus intermediários, como também a tradição que o estado de Alagoas tem de importador de alimentos, mesmo ainda estando longe do ideal, seja pelo forte processo de aglomeração populacional em Maceió, dado que ao longo dos últimos vinte anos a população residente na capital alagoana saltou de 25% no início dos anos de 1990, para 30% em 2010, como mostra o censo demográfico do IBGE, ou graças a concentração das melhores terras para se produzir justamente nas mãos dos latifúndios improdutivos.

Fato é que, apesar de Alagoas ser um estado com forte tradição rural, explora muito poucos os seus recursos naturais para a produção sustentável, haja vista o leque de produtos disponíveis para comercialização na CEASA, como por exemplo, o tomate, batata comum, feijão verde e banana prata, que são, mesmo que incipientes, produzidos no estado.

Dos produtos com produção e disponibilidade de informações relevantes comercializados nas dependências do IDERAL/CEASA de Alagoas, o feijão verde é o único com procedência dentro dos limites territoriais alagoanos, produzido em larga escala por agricultores do estado, seguido pelo estado de Pernambuco, até mesmo em virtude da proximidade com o estado vizinho e pela própria perecibilidade do produto, de difícil armazenagem. Alagoas e Pernambuco são responsáveis por quase toda a comercialização do feijão verde nas dependências do IDERAL/CEASA.

Vale destacar que, em virtude da própria inércia que se encontra a produção agrícola comercial no estado, tanto a procedência como a participação dos produtores locais no fornecimento de hortifrutti para o IDERAL/CEASA, praticamente não se alterou ao longo dos últimos 5 ou 6 anos. Isso só reflete a precária capacidade de fornecimento de alimentos de origem local, como também reforça o estado de insegurança alimentar apresentado em nosso estado, minimizado, é claro, graças aos fornecedores externos, sobretudo os estados vizinhos, muito mais autossuficientes que Alagoas.

Estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Sergipe, Santa Catarina, Espírito Santo, e até mesmo os países da Argentina, Estados Unidos e China, abastecem o estado de Alagoas, com produtos como maçã, mamão, uva, alho, cebola, morango, pêra entre outros, que poderiam ser produzidos pelos agricultores locais, a custos bem menores, proporcionando renda local.

produzidos pelos agricultores locais, a custos bem menores, proporcionando renda local. O IDERAL/CEASA disponibiliza para consulta em seu site, todos os produtos que dão entrada diariamente nas suas dependências, onde é realizado um controle interno dessa entrada desses produtos hortifrutigranjeiros comercializados no galpão da CEASA, onde são computados também a procedência de cada produto.

Claro deve estar que existe uma mudança ocorrendo no setor atacadista público, que vem resultando em uma perda de sua importância, mas sem deixar de ser essencial. Essa relativa perda de importância se dá, por outro lado, em virtude da crescente importância das grandes redes varejistas em atividade no mercado brasileiro, amplamente dominadas pelo capital estrangeiro, que deixam de fazer suas compras nas CEASAS, suprimindo esse agente do canal de comercialização e vão demandar diretamente de grandes e médios produtores, assim como de cooperativas. Essas congregam dezenas, centenas ou milhares de pequenos produtores. Esse formato de organização de firmas leva a possibilidade da presença do pequeno produtor, porque permite o barateamento de custos e possibilidade de acesso a determinados insumos e maquinário agrícolas. Por outro lado, garante regularidade e cumprimento de contratos de maior porte com empresas maiores; no caso das redes de supermercados (SILVA JR., 2014).

As políticas ou programas de cunho estadual ou federal existem, e poderiam ser mais divulgados, como forma de beneficiar a diversificação produtiva em Alagoas, tendo em vista a carência por qual atravessa o estado para produzir alimento suficiente para atender uma demanda cada vez mais crescente, como também em se tratando de alternativas para a geração de renda no campo, já que muitos dos produtores tem dificuldade para ter acesso à essas informações, seja por falta de instrução ou desconhecimento desses programas.

Instituições locais como a Desenvolve, EMATER e ITERAL, além do BNB, CONAB e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), disponibilizam uma série de linhas de crédito ou políticas que visam beneficiar o desenvolvimento rural em Alagoas. Na tabela abaixo, é possível observar uma lista de programas ou linhas de crédito que estão disponíveis nos mais diversos órgãos públicos estaduais e federais, destinados para o produtor rural. Os sites das instituições citadas disponibilizam, com mais detalhes, todas às informações necessárias para a obtenção tanto das linhas de crédito quanto dos programas destinados ao produtor rural.

**Tabela 11: Programas e Linhas de Crédito para o Financiamento do Produtor Rural.**

<b>Desenvolve</b>	<b>Emater</b>
Coopmais	Mulheres Rurais
Mandioca	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS
Inovacred expresso	Agricultura Urbana e Periurbana – AUP
Polos industriais (Credpolos)	Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Especial Leite: Convênio em parceria com o MDS
Credpiscicultura	Seguro Garantia Safra
Programa do leite	Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Direta com Doação Simultânea
Compras governamentais	Programa de dinamização produtiva
Cadeia do leite	
Arranjos produtivos locais	<b>Iteral</b>
Força cooperativa	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
Microcrédito desenvolve/ sertão	

<b>Conab</b>	<b>MDA</b>
Política de Garantia do Preço Mínimo - PGPM	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF	Seguro da Agricultura Familiar - SEAF
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
Programa de Vendas em Balcão	Programa Terra Forte
Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT	Programa Terra Legal
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	Pronaf Agroecologia
	Programa Agroindústria
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA
FNE Aquipisca	Programa Nacional de Produção do Biodiesel - PNPB
FNE Irrigação	Mulheres Rurais
FNE Inovação	ATER Indígena
FINAME Agrícola	ATER Quilombola
PROFROTA Pesqueira	
Créditos de Custeio	
Créditos para Comercialização	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	
PRONAF	
Programa de Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural	
Programa Consolidação da Agricultura Familiar	
Programa <u>Agroamigo</u>	

Alagoas é um estado vocacionado para a agricultura, seja ela extensiva ou intensiva, tendo em vista a abundância de recursos naturais, como disponibilidade de água doce e solos férteis. Entretanto, o estado é carente de um desenvolvimento sustentável voltado para o campo, estimulando as suas aptidões. Romper com a inércia que persiste e condena o estado a apenas duas alternativas, cana-de-açúcar e pecuária de corte, parece ser fundamental como alternativa, inclusive, para reduzir os altos níveis de pobreza e violência historicamente registrados em Alagoas, além, é claro, de elevar a renda e melhorar a qualidade de vida daqueles que produzem ou se beneficiam, direta ou indiretamente, com o aumento da produtividade em nossas terras.

Ações coordenadas entre os poderes municipais, federal e estadual, são fundamentais para endogeneizar o desenvolvimento e estimular a diversificação da produção, pois, sem essa coordenação de forças, o estado continuará patinando na tentativa de minimizar os impactos negativos causados pela concentração produtiva e econômica que impera desde a sua formação.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, K. P.; LAGES, A. M. G. Desregulamentação e migração da cana-de-açúcar em Alagoas. Revista de Economia Política. Ano XIX - No 3 - Jul./Ago./Set. 2010.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 15 de abril de 2016.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). Disponível: <http://www.bnb.gov.br/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

BARROS, A. H. C; ARAUJO FILHO, J. C; SILVA, A. B; SANTIAGO, G. A. C. F. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. Climatologia do Estado de Alagoas. Recife, PE, 2012. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/103956/1/BPD-211-Climatologia-Alagoas.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2016.

CARVALHO, C. P. Pindorama: a cooperativa como alternativa. Série Apontamentos, nº 50. Maceió: Edufal, 2005.

CARVALHO, C. P. O. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana. 3.ed. Maceió: Edufal, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)1. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)2. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&Pagina\\_objcmsconteudos=2#A\\_objcmsconteudos](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&Pagina_objcmsconteudos=2#A_objcmsconteudos). Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)2. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)4. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=>. Acesso Em: 10 de janeiro de 2017.

COOPERATIVA PINDORAMA. Disponível em: <http://www.cooperativapindorama.com.br/links.asp?id=1#ancora>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

DESENVOLVE. Agência de Fomento de Alagoas. Disponível em: <http://www.desenvolve-al.com.br/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

DIÉGUES JR., M. O Banguê nas Alagoas. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2 ed. Edufal, 1980, 315p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

HIGA, R.C. V.; MORA, A. L.; HIGA, A. R. Plantio de Eucalipto na Pequena Propriedade Rural. EMBRAPA Florestas. Documento 54. Curitiba, PR, 2000. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/doc54\\_000fjvb9ypm02wyiv80sq98yq0mwtku.k.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/doc54_000fjvb9ypm02wyiv80sq98yq0mwtku.k.pdf). Acesso em: 12 e 13 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Censo Demográfico 2006). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1109&z=p&o=2&i=P>. Acesso em 21 de julho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Censo Demográfico 2010). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra\\_areas\\_ponderacao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm). Acesso em 13 de abril de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Censo Demográfico 2010). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1309&z=cd&o=2&i=P>. Acesso em 17 de julho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Banco Sidra 2013). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5938&i=P&nome=on&qtu8=137&notarodape=on&tab=5938&opn8=gal&unit=0&pov=1&OpcTipoNivt=1&opn1=2&nivt=0&orp=3&qtu3=27&opv=1&pop=1&opn2=u3&orv=2&qtu2=5&sev=37&opp=f1&opn3=u24&qtu6=5570&ascendente=on&sep=57345&orn=1&pon=2&qtu9=558&opn6=0&dig6=&OpcCara=44&proc=1&qtu1=1&opn9=0&cabec=on&decm=99>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Banco Sidra 2014a). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=t&o=11>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Banco Sidra 2014b). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3939&z=t&o=24>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Banco Sidra 2014c). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=28&i=P>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Banco Sidra 2014d). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=29&i=P>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS (IDERAL). Ceasa. Alagoas: Ideral, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ideral.al.gov.br/>>.

INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE ALAGOAS (EMATER). Disponível em: <http://www.emater.al.gov.br/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA, 2010). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS (ITERAL). Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/>. Acesso: 24 de janeiro de 2017.

LAGES, A. M. G.; SILVA JÚNIOR, A. B.; SILVA, J. J. C.; COSTA, K. D. S. O Abastecimento Atacadista de Hortigranjeiros em Maceió: Uma Análise Introdutória. In: Alexandre Manoel Angelo da Silva. (Org.). Economia de Maceió. Diagnóstico e Propostas para Construção de uma Nova Realidade. 1ed. Maceió: Brasília: IPEA; EDUFAL, 2013, v. , p. 197-211.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO (SEPLAG). Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/mapas-de-arranjos-produtivos-locais-apls>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

SILVA JÚNIOR, A. B., FERREIRA, T. P., SILVA, F. C., AMORIM, J. F. O. Pobreza e Exclusão Social: entrave para o desenvolvimento econômico e social do estado de Alagoas. Economia política do desenvolvimento. Maceió, vol. 6, n. 16, p. 11-37, jan./abr. 2013.

SILVA JR., A. B. DISTORÇÕES E CONTRADIÇÕES NO CINTURÃO CITRÍCOLA ALAGOANO: Aspectos da Produção e Comercialização Agrícola entre 2008 e 2011. Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), da Universidade Federal de Alagoas. Versão Final.

SILVA, S. P.; ROCHA, C. C. Cooperativa Pindorama: Um Histórico de Trabalho Coletivo e Desenvolvimento Territorial. Boletim Mercado de Trabalho. nº 56, IPEA, p. 95-105, fev. 2014.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ALCOOL DE ALAGOAS. Disponível em: <http://www.sindacucar-al.com.br/>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

# ANEXO I

**Tabela 11: Programas e Linhas de Crédito para o Financiamento do Produtor Rural.**

Alagoas	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 (*)
Área (Mil Hectares)	402,1	402,7	426,8	432	448	451,2	463,7	445,7	417,5	385,3	323,6	328,8
Produtividade (Kg/ha)	61.256	62.500	69.970	63.426	54.700	64.450	59.755	52.800	53.790	58.201	50.038	54.100
Produção (Mil Toneladas)	23.110,70	25.168,80	29.864,30	27.400,00	24.504,50	29.120,40	27.705,40	23.533,50	22.454,60	22.422,50	16.193,40	17.788,00
Acúcar (Mil Toneladas)	2.077,40	2.184,90	2.591,80	2.204,90	2.096,20	2.495,90	2.178,20	2.232,50	1.801,10	1.855,70	1.213,20	1.611,20
Etanol Total (Mil Litros)	573.378,50	599.591,30	824.136,20	851.741,10	622.957,00	709.351,00	527.305,00	540.518,60	517.439,50	516.937,00	373.106,60	330.634,60
Etanol Anidro (Mil Litros)	294.667,90	273.392,50	368.451,90	356.004,10	303.988,00	323.388,00	327.740,00	335.989,00	317.422,40	356.282,60	211.343,50	273.101,40
Etanol Hidratado (Mil Litros)	278.710,60	326.198,80	455.684,30	495.737,00	318.969,00	385.963,00	199.565,00	204.529,60	200.017,10	160.654,40	161.763,10	57.533,30

Fonte: Conab, 2016.

(\*) Previsão em dezembro de 2016.

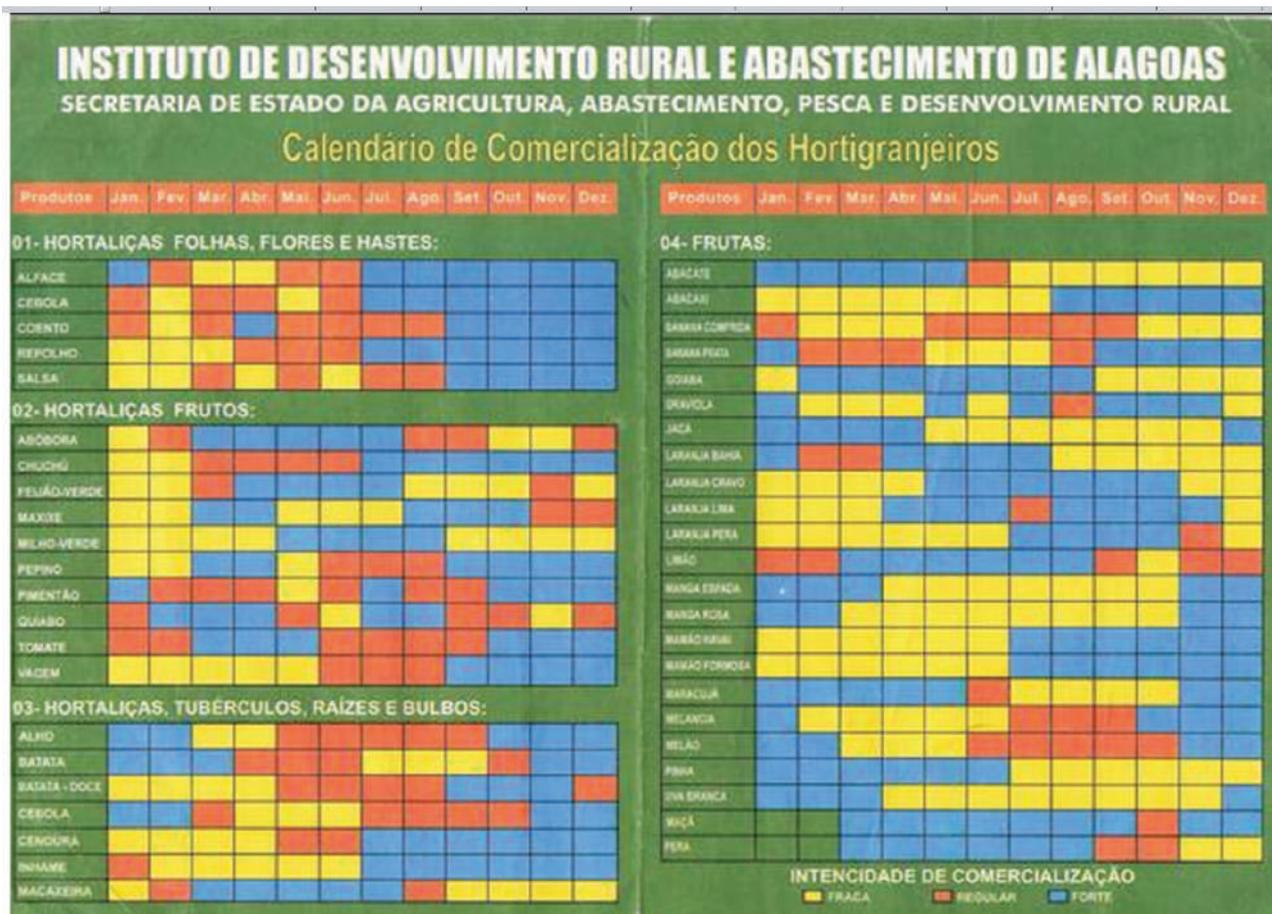
## ANEXO II

**Tabela 13: Destilarias Produzindo em Alagoas, 2005 - 2017.**

Destilarias	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Cachoeira	24.277	35.426	31.019	90.184	27.982	21.359	28.837	32.916	37.481	15.387	10.069
Caeté	26.746	36.236	37.339	131.693	34.398	30.144	32.161	36.360	41.825	16.855	26.002
Camargibe	-	-	-	51.062	-	-	-	-	-	-	-
Capricho	-	-	-	46.575	-	-	-	-	-	-	-
Coruripe	51.519	68.871	81.171	235.188	47.787	53.034	56.460	67.868	73.903	38.769	36.987
Leão	29.549	35.211	39.586	65.654	47.327	34.213	23.347	20.332	23.322	8.510	12.743
Marituba	28.805	37.627	37.294	87.357	41.602	38.414	40.674	36.493	40.019	18.612	15.561
Porto Alegre	46.102	58.854	49.622	-	41.907	36.512	33.836	34.13	21.702	11.432	-
Porto Rico	23.950	53.785	54.300	116.209	31.819	31.064	27.383	27.171	32.676	21.087	24.264
Roçadinho	29.569	42.043	36.010	125.619	25.713	21.398	20.231	-	-	-	-
Santa Clotilde	18.979	29.423	29.782	84.890	22.488	18.657	15.517	15.195	22.963	4.968	8.700
Santa Maria	20.825	32.646	32.646	70.614	26.534	26.406	14.281	9.518	7.419	2.446	8.074
Santo Antônio	45.953	61.281	52.411	173.102	52.356	51.451	50.013	55.288	67.300	37.320	39.172
Seresta	18.118	25.068	27.258	100.833	23.217	27.748	25.144	23.593	23.901	9.784	11.745
Serra grande	13.823	17.908	17.937	99.245	20.033	17.132	16.064	21.470	25.216	12.066	12.770
Sinimbú	27.154	44.000	44.393	114.447	36.177	36.177	21.409	18.837	19.053	3.754	-
Sumaúma	23.678	24.101	21.670	77.162	19.500	17.130	18.795	18.872	24.317	7.860	9.135
Triunfo	37.623	47.017	45.870	122.647	41.022	35.764	31.765	36.478	39.247	-	-
Guaxuma	61.037	55.215	49.562	82.765	51.946	39.382	29.276	2.320	-	-	-
Laginha	73.455	89.196	72.752	-	55.269	70.462	-	-	-	-	-
Pindorama	21.081	35.833	48.052	32.539	44.879	41.837	33.560	35.273	39.197	25.409	25.054
Taquara	-	-	-	50.505	-	-	-	-	-	-	-
Uruba (copervales)	-	-	-	95.635	-	-	-	-	-	-	-
Paisa (Penedo)	14.597	23.166	32.773	45.014	23.581	27.334	24.403	18.421	15.161	9.364	7.292
<b>Total = 24</b>	<b>636.840</b>	<b>852.907</b>	<b>845.363</b>	<b>2.098.939</b>	<b>715.537</b>	<b>672.788</b>	<b>543.156</b>	<b>510.538</b>	<b>554.702</b>	<b>243.623</b>	<b>247.568</b>

Fonte: Sindaçucar, 2017.

# ANEXO III





**Secretaria do  
Planejamento, Gestão  
e Patrimônio**

